

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE PIEPEX

EVEN BATISTA BARBOSA

**ECONOMIA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PIB E FORÇA
DE TRABALHO ANTES E DURANTE A PANDEMIA**

VARGINHA-MG

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

EVEN BATISTA BARBOSA

Trabalho de Conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX), apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharela em Ciência e Economia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas.
Orientadora: Prof.^a Luciene Gonçalves Resende
Coorientadora: Alinne Alvim Franchini

VARGINHA-MG

2022

EVEN BATISTA BARBOSA

**ECONOMIA BRASILEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE PIB E FORÇA
DE TRABALHO ANTES E DURANTE A PANDEMIA**

A banca examinadora, abaixo-assinada, aprova o Trabalho de Conclusão do Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (PIEPEX) apresentado como parte dos requisitos para conclusão do curso Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas – MG.

Aprovada em:

Prof. Luciene Resende Gonçalves

Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha Assinatura: _____

Prof. Alinne Alvim Franchini

Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha Assinatura: _____

Prof. Leandro Ferreira

Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha Assinatura: _____

Prof. Maria Aparecida Curi

Universidade Federal de Alfenas – campus Varginha Assinatura: _____

Varginha – MG

2022

RESUMO

O final do ano de 2019 foi marcado pelo descobrimento do vírus COVID-19, que se espalhou em dias pela China e, em semanas, por diversas partes do mundo. Para conter a disseminação, o isolamento foi a medida adotada por líderes políticos, o que fez com que o *lockdown* fosse certo e inevitável. Com isso, indústrias, comércios e setor de serviços praticamente pararam e sem dúvida, as consequências incidiram sobre a economia. Diante disso, o objetivo do trabalho consistiu em fazer algumas considerações sobre o comportamento das variáveis PIB e força de trabalho antes e durante a pandemia, além de descrever essas variáveis no período de fevereiro de 2020, primeiro mês de um caso do vírus no país, a julho de 2021, quando o vírus ainda apresentava alto número de contágio e, conseqüentemente, de mortes. Os meios para obtenção dos resultados foi a pesquisa bibliográfica por meio de artigos e também algumas notícias, por ser um tema bastante recente e que ainda permanece nos dias atuais, além dos dados de PIB real e força de trabalho coletados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Central do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pode-se dizer que o Brasil ainda estava se recuperando de uma crise, antes da pandemia, pois os resultados já não eram satisfatórios para o país, mas a pandemia trouxe toda a insegurança financeira do país à tona.

Palavras-chaves: Coronavírus, Força de Trabalho, Pandemia, PIB.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Bacen - Banco Central

DIESEE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

IBGE - Instituto de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

OMS - Organização Mundial da Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

PO - População Ocupada

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CONTEXTUALIZAÇÃO: COVID-19, PIB E FORÇA DE TRABALHO.....	8
2.1 Covid-19 no período de fevereiro de 2020 a julho de 2021.....	8
2.1.1 Casos e Mortes por covid-19 no Brasil entre fevereiro de 2020 e junho de 2021.....	9
2.2 Produto Interno Bruto - PIB.....	10
2.3 Força de Trabalho:.....	14
3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PIB e FORÇA DE TRABALHO.....	18
3.1 Variável PIB.....	18
3.1.1 PIB Real no período entre fevereiro de 2020 e julho de 2021.....	22
3.2 Variável Força de Trabalho.....	25
3.2.1 Força de trabalho no período entre fevereiro de 2020 e julho de 2021.....	26
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

1. INTRODUÇÃO

O final do ano de 2019 foi marcado pelo descobrimento do vírus COVID-19, que se espalhou em dias pela China e, em semanas, pelo mundo. Houve pânico em cada país quando esse vírus chegou, uma vez que se espalhava muito rápido e causava mortes, além de deixar sequelas com sintomas durante e após seu contágio.

Até mesmo antes da COVID-19 chegar em um país, tal país já buscava se proteger até mesmo com o fechamento de sua economia e de suas fronteiras, uma vez que ainda não existiam vacinas. Foram várias as nações que decretaram *lockdown*, com fechamento de indústrias, comércios e setor de serviços. Sem dúvida, as consequências incidiram sobre a economia.

Acontecimentos diversos podem ocorrer todos os dias e afetar positiva ou negativamente a economia de um país. Por mais que alguns fatos já tenham sido estudados e documentados, como por exemplo, outros tipos de vírus, um evento nunca é igual a outro, e, o mais comum é que seja inteiramente novo, como a pandemia do vírus COVID-19, e com isso, o mundo não é atingido da mesma maneira, conseqüentemente a economia também não.

Os danos, em geral, são difíceis de medir, mas é preciso ter em mente que eles estão presentes. Diante disto, algumas perguntas se fazem pertinentes: Variáveis como PIB e desemprego foram afetadas, no Brasil, pela pandemia? Os noticiários apontaram o quanto não se estar preparado para uma pandemia impacta a economia. Teria sido somente a pandemia a causadora de desestabilização do PIB e desemprego no Brasil? É inegável que a pandemia mexeu negativamente nas variáveis econômicas, mas, sem ela, o que dizer das variáveis PIB e desemprego?

Perguntas como estas motivam e justificam o objetivo do trabalho, o qual consiste em fazer algumas considerações sobre o comportamento das variáveis PIB e força de trabalho antes e durante a pandemia, além de descrever essas variáveis no período de fevereiro de 2020, primeiro mês de um caso do vírus no país, a julho de 2021, quando o vírus ainda apresentava alto número de contágio e conseqüentemente de mortes. Os meios para obtenção dos resultados foram a pesquisa bibliográfica por meio de artigos e também algumas notícias por ser um tema bastante recente e que ainda permanece nos dias atuais, além dos dados de PIB real e força de trabalho coletados pelo IPEA, OMS, Banco Central e IBGE.

Para responder ao objetivo, além desta introdução, o trabalho está organizado da seguinte forma: na seção 2 é feita uma contextualização sobre Covid-19, PIB e força de trabalho. O tratamento do tema Covid-19, com apresentação de dados de novos casos e óbitos,

se justifica em razão da situação de calamidade pública que ficou o país, fato que inevitavelmente refletiu na economia. Conceitos sobre o PIB e a força de trabalho são trazidos com o objetivo de mostrar a participação dessas variáveis na economia, principalmente para compreender que não é simples fazer considerações sobre variáveis tão amplas, que são influenciadas por diversos fatores. A seção 3 é responsável em responder aos objetivos do trabalho, traz considerações sobre a economia brasileira com enfoque no PIB e na força de trabalho, além de descrever as variáveis no período entre fevereiro de 2020 e julho de 2021 por meio de análise gráfica. As considerações finais sobre o trabalho são feitas na seção 4 e finalmente na seção 5 as referências bibliográficas são apresentadas.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: COVID-19, PIB E FORÇA DE TRABALHO

2.1 Covid-19 no período de fevereiro de 2020 a julho de 2021

De acordo com o documentário “Coronavirus... Explained”, de uma parceria Vox e Netflix, COVID-19 *significa coronavírus disease 2019* (doença do coronavírus de 2019). Tal doença é causada pelo vírus SARS-Cov-2. SARS é uma sigla em inglês para *Severe Acute Respiratory Syndrome*, que em português significa Síndrome Respiratória Aguda Grave. A SARS-Cov-2 tem esse nome por não ser o primeiro coronavírus a assolar o mundo. Já existiu a SARS-Cov de 2003, em Foshan, na China, que chegou a atingir outros países, mas não chegou ao Brasil.

Segundo Gama Neto (2020), a incerteza que um vírus poderia causar existe faz muito tempo, mas grande parte dos países se mostrou sem preparo, inábil para tal crise proporcionada no mundo. Existiram apenas, ainda no século XXI, a SARS-COV; em 2005 o subtipo H5N1 no Vietnã; em 2012 a MERS-COV na Arábia Saudita; em 2015 a febre suína na Índia. Salienta-se que a Organização Mundial da Saúde (OMS) se demonstrou despreparada frente aos desafios impostos pela COVID-19, baseado no texto de Gama Neto (2020).

A SARS-Cov-2 começou, na China, em dezembro de 2019, sendo um tipo de vírus zoonótico, uma assimilação de vírus entre animais e seres humanos. Em poucas semanas seus casos se multiplicaram e se espalharam pelo mundo. Em 11 de março de 2020, foi declarada pandemia global pela OMS. O Brasil teve sua primeira notificação de caso em fevereiro de 2020 e o primeiro óbito no mês seguinte, se espalhando exponencialmente em todo o território nacional. De acordo com o BBC News Brasil (2020), o primeiro caso oficial brasileiro foi em 26 de fevereiro de 2020, de um homem que esteve na Itália, na época, atual epicentro do coronavírus.

2.1.1 Casos e Mortes por Covid-19, no Brasil, entre fevereiro de 2020 e junho de 2021

A Figura 1 apresenta a evolução dos casos mensais de Covid-19 no período de fevereiro de 2020 a julho de 2021.

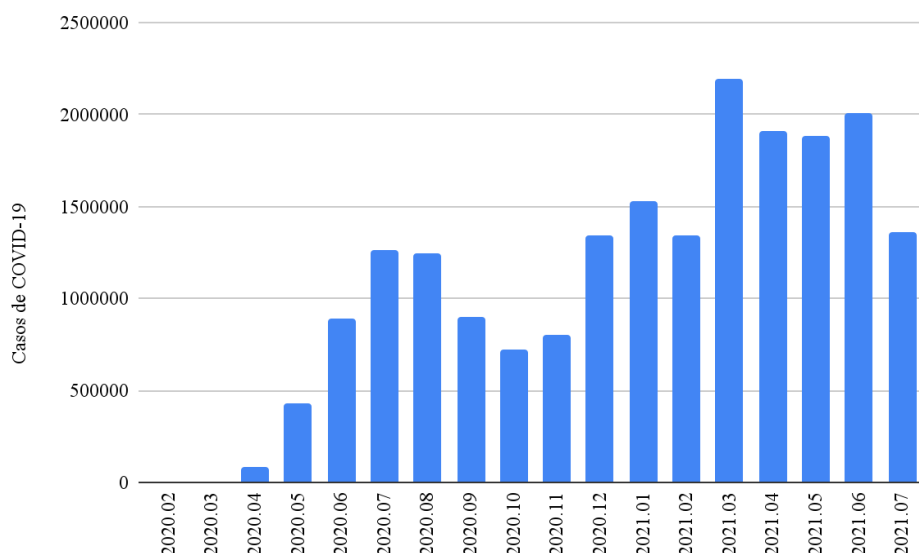


FIGURA 1: Evolução dos casos de COVID-19, Brasil, fevereiro de 2020 a julho de 2021.
Fonte: Coronavírus Brasil, 2021.

Segundo dados do Coronavírus Brasil (2021), o mês com o primeiro caso de covid-19, no Brasil, foi fevereiro de 2020, com um total de 6 casos notificados. Nota-se, a partir da Figura 1 que os casos permaneceram em aumento até julho de 2020, quando há uma pequena diminuição de 14.657 novos casos de covid-19. Em outubro há uma diminuição de 177.993 novos casos para voltar a subir em novembro, sendo mais de 75 mil novos casos e em dezembro são mais de meio milhão de novos casos.

Em 2021, o ano começou com 1.528.758 em janeiro e atingiu um patamar muito parecido com o de dezembro. O mês de março apresentou o maior número de casos ao longo do período, com 2.197.488 novos casos. Em abril de 2021, decresceu 13,07%, atingindo 1.910.264 novos casos. Em maio diminuiu 1,24%, mas em junho apresentou o segundo maior número do período, com 2.011.587 de casos, diminuindo 32,36% em julho de 2021.

A Figura 2 apresenta a evolução dos novos óbitos de Covid-19.

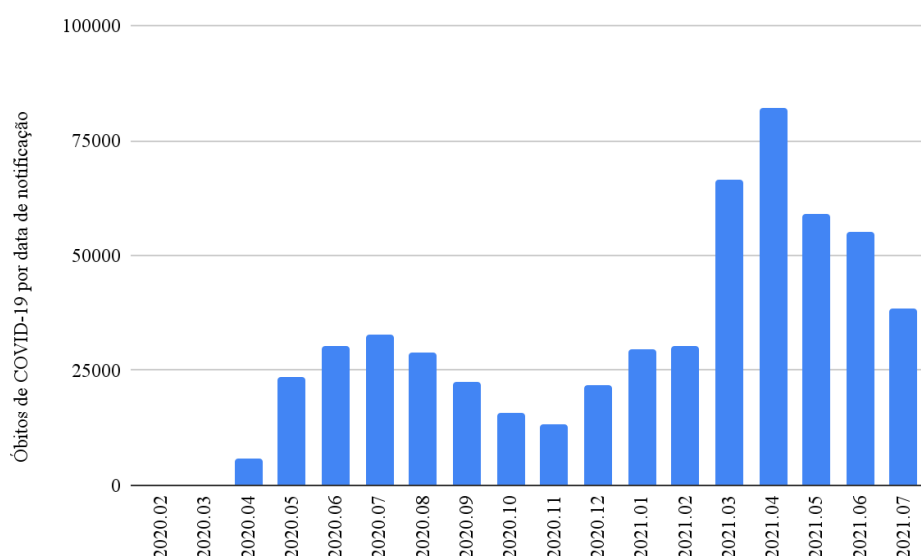


FIGURA 2: Gráfico da evolução de óbitos de COVID-19 por mês de notificação. Fonte: Coronavírus Brasil, 2021.

Em fevereiro de 2020, não houve nenhum óbito por coronavírus no Brasil. Em março de 2020, foram 201 óbitos e em abril esse número extrapolou para 5.700 óbitos. Em maio de 2020, foram 23.413 novos óbitos por coronavírus no Brasil, aumentando quase 30% em junho, e 8,59% em julho (Coronavírus Brasil, 2021).

No Brasil, apesar do vírus ter sido notificado pela primeira vez em fevereiro, como citado anteriormente, já no mês de março, as medidas tomadas no sentido de conter o vírus já começaram a ser difundidas pelas regiões e, assim, a economia começou a sentir os primeiros impactos resultantes do fechamento do comércio, indústria e parcela das prestações de serviços. No país, em abril de 2020, em somente em um dia, 22 milhões de pessoas se cadastraram para receber auxílio emergencial, sendo que 40% não tinham sequer conta bancária.

Segundo Feliciello (2020), as formas de isolamento social e *lockdown* (havendo um debate entre economia e defesa da vida), fizeram ocorrer choque de oferta pela suspensão das atividades econômicas e choque de demanda em função das famílias e empresas consumirem e investirem menos, por causa da incerteza econômica propagada.

2.2 Produto Interno Bruto - PIB

De acordo com Mankiw (2019), " Produto interno bruto (PIB) é o valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período", abrangendo

todos os bens feitos e vendidos legalmente na economia. Há produtos de difícil mensuração que não entram no PIB, como produtos feitos e consumidos em casa, pois não entraram em um mercado, e itens do mercado ilegal também não são computados. Não são considerados bens intermediários, pois já estão incluídos nos bens finais, isso para evitar uma dupla soma. Devem ser produzidos no presente, no período selecionado para a contabilização, como a venda de um carro usado de um período anterior não é contada. O período selecionado para contabilização costuma ser trimestral ou anual. Antes do PIB trimestral ser divulgado, pode ocorrer um ajustamento sazonal antes.

Segundo Feijó et al (2017), o PIB é uma medida para todas as produções, que podem ser de empresas públicas ou privadas, bens ou serviços de um país em determinado período.

Para Blanchard (2011), o PIB é a adição das receitas da economia em um certo período, e a soma é feita conforme apresentado no Quadro 1, na página seguinte.

QUADRO 1: Composição do PIB

$\text{PIB} = C + I + G + X - \text{IM}$	
C: Consumo	O Consumo (C) são os bens e serviços adquiridos pelos consumidores, em uma enorme variedade de produtos.
I: Investimento	O Investimento (I) (fixo) é dividido em residencial ou não. Residencial se refere a compra de imóveis por pessoas. Já o Não Residencial são imóveis, instalações ou máquinas adquiridas pelas empresas.
G: Gastos do Governo	Os Gastos do Governo (G) são bens e serviços adquiridos pelos governos federal, estadual e municipal.
X-IM : Exportações Líquidas	As Exportações Líquidas (X-IM) são também conhecidas como balança comercial, são as exportações do país subtraídas as importações.
X: Exportações	As Exportações (X) são caracterizadas pela compra de bens e serviços de um país por estrangeiros.
IM: Importações	As Importações (IM) vinculam-se à compra de bens e serviços estrangeiros por pessoas, empresas e governo.
Investimento em Estoques	O Investimento em Estoques é a diferença entre produção e vendas.

Fonte: Blanchard, Oliver. Macroeconomia, 2011. Adaptado pela autora.

A composição apresentada no Quadro 1 é muito respeitada nos cursos de economia, sendo que a conta Consumo refere-se à despesa das famílias em bens e serviços, com a exceção de compra de novas moradias, incluindo bens duráveis e não duráveis, tangíveis e intangíveis. Os Investimentos, por sua vez, são os bens a serem utilizados para produzir mais bens e serviços; o somatório da aquisição de capital empresarial, residencial e dos estoques. Destaca-se que o Investimento computado no PIB não se trata de aplicações

financeiras, mas de bens que produzem outros bens e serviços. Já os Gastos do Governo, que representam as despesas governamentais nas três esferas (municipal, estadual e federal), podem ser definidos como compras do governo, que são, segundo Mankiw (2019, p.388), "gastos em bens e serviços dos governos municipais, estaduais e federal, nisso incluindo os salários dos funcionários do governo e as despesas em obras públicas." Por fim, as Exportações líquidas "equivalem às compras feitas por estrangeiros de bens produzidos internamente (exportações) menos as compras internas de bens estrangeiros (importações)" (MANKIW, 2019. p.388).

Mankiw (2019) também salienta que há uma separação em PIB real e PIB nominal, em que o PIB nominal refere-se à produção de bens e serviços mensurada a preços correntes, enquanto o PIB real é aquele em que a produção de bens e serviços é avaliada a preços constantes.

Entretanto, com tantas características e separações, Mankiw (2019) indaga se o PIB pode ser um bom medidor de bem-estar econômico. Robert Kennedy (1925-1968), que concorreu à presidência dos Estados Unidos da América em 1968, fez uma crítica ao PIB neste assunto:

"[O produto interno bruto] não leva em consideração a saúde de nossas crianças, a qualidade de sua educação ou a felicidade de suas brincadeiras. Não inclui a beleza de nossa poesia nem a solidez de nossos casamentos, a inteligência de nosso debate público ou a integridade dos funcionários públicos. Não mede nem nossa coragem, nem nossa sabedoria, nem nossa devoção ao país. Em resumo, mede tudo, exceto aquilo que faz a vida valer a pena, e pode nos dizer tudo sobre a América, exceto a razão pela qual nos orgulhamos de ser norte-americanos." (apud Mankiw, 2019, p.392).

Mankiw (2019), concorda com Kennedy, entretanto com a ressalva de que o PIB é, enquanto variável, não é perfeito, porque coisas que colaboram para uma vida saudável estão fora do PIB, como o lazer. Segundo Mankiw (2019),

"A resposta é que um PIB elevado nos ajuda, de fato, a levar uma vida confortável. O PIB não mede a saúde das crianças, mas países com PIBs maiores podem arcar com o custo de um melhor atendimento de saúde para suas crianças. O PIB não mede a qualidade da educação, mas países com PIBs maiores podem ter sistemas educacionais melhores. Ele não mede a beleza da nossa poesia, mas países com PIBs maiores podem ensinar mais cidadãos a ler e a apreciar a poesia. O PIB não leva em consideração nossa inteligência, integridade, coragem, sabedoria ou devoção ao país, mas todos esses louváveis atributos são mais fáceis de desenvolver quando as pessoas estão menos preocupadas em garantir as necessidades materiais da vida. Em suma, o PIB não mede diretamente as coisas que fazem a vida valer a pena, mas mede nossa capacidade de obter os insumos para uma vida que valha a pena."

No Brasil, o PIB é divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trimestralmente e anualmente, em reais, incluindo a porcentagem do crescimento por trimestre e o acumulado em 4 trimestres e também por unidades de federação e o total do país todo. Através do PIB, podem se fazer análises do desempenho ano a ano, comparação com

outros países, PIB per capita etc (IBGE, 2022). Para o IBGE (2022), o PIB é apenas um indicador, que ajuda a compreender o país, mas não manifesta elementos como qualidade de vida, distribuição de renda, educação e saúde. Em 2021, o IBGE apresentou dois novos indicadores: o Índice de Desempenho Socioeconômico (IDS), e o Índice de Perda de Qualidade de Vida (IPQV); sendo melhores indicadores para medir a qualidade de vida. O IDS e o IPQV levam em conta: "50 indicadores relativos a moradias, serviços de utilidade pública, alimentação e saúde, educação, acesso aos serviços financeiros e padrão de vida, lazer e transporte" (Agência Brasil, 2021), e utilizam dados de Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) dos anos anteriores.

2.3 Força de Trabalho

Para Mankiw (2019), a composição dos empregados, desempregados, força de trabalho e fora da força de trabalho é feita da forma explicada no Quadro 2, de maneira descritiva, e simplificada na Figura 3, apresentadas na página seguinte.

QUADRO 2 - Composição dos empregados, desempregados, força de trabalho e fora da força de trabalho.

Empregados	Esta categoria inclui aqueles que trabalham como assalariados, os que tem negócio próprio ou os que trabalham sem receber salário em um negócio de família. Também inclui aqueles que trabalham em período integral ou meio período, e os que estão temporariamente afastados do trabalho em decorrência de férias, doença ou mau tempo.
Desempregados	Esta categoria inclui aqueles que não estão empregados, que estão disponíveis para o trabalho e que estiveram procurando uma colocação nas quatro semanas anteriores. Também inclui aqueles que estão esperando ser chamados para o trabalho do qual haviam sido dispensados temporariamente.
Força de trabalho	O número total de trabalhadores, incluindo tanto os empregados quanto os desempregados.
Fora da Força de trabalho	Esta categoria inclui aqueles que não se encaixam em nenhuma das categorias anteriores, como estudantes em tempo integral, aposentados e donas de casa.

Fonte: MANKIWI, N G. Introdução à Economia., 2019. Adaptado pela autora.

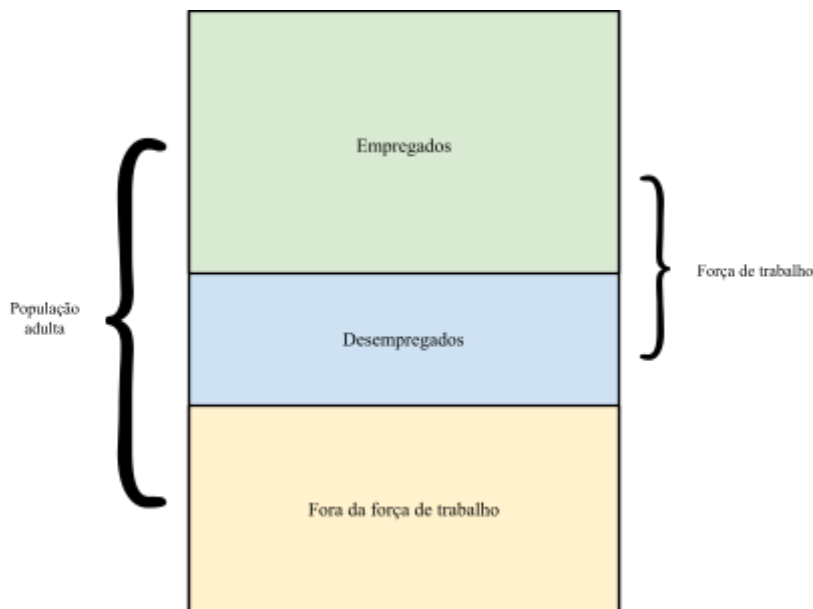


FIGURA 3 - População adulta dentro e fora da força de trabalho

Fonte: MANKIWI, N G. Introdução à Economia. 2019. Adaptado pela autora.

Blanchard (2011) concorda com Mankiw, mas de maneira mais simplificada, dizendo que emprego significa o número de pessoas que possuem trabalho; desemprego é o número

de pessoas que não possuem um trabalho mas estão à procura de um emprego, sendo que os dois juntos (emprego e desemprego) formam a força de trabalho. Dentro da população total, não considerando pessoas abaixo de 14 anos, presas ou que estão nas Forças Armadas, tem-se a População em Idade Ativa (PIA). Dentro da PIA, as pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego são a População Economicamente Ativa (PEA), a força de trabalho, as que não estão nem trabalhando nem procurando emprego, estão fora da força de trabalho, população não economicamente ativa, como explicada na Figura 4. A taxa de atividade é a razão entre a PEA e PIA (Blanchard, 2011).

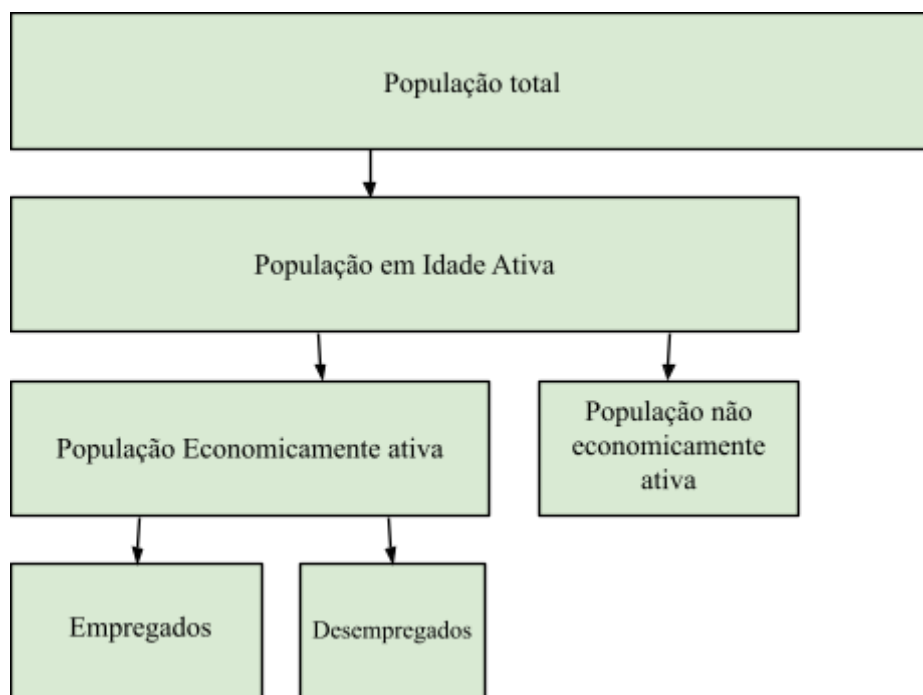


FIGURA 4 - População total e força de trabalho
Fonte: Blanchard, Oliver. Macroeconomia. 2011. Adaptado pela autora.

Ainda de acordo com Mankiw (2019), as taxas referente a cada categoria, na Figura 4, são porcentagens referentes a população. As taxas são apresentadas no Quadro 3, na página seguinte..

QUADRO 3 - Taxas de emprego e desemprego e força de trabalho

Taxa de emprego	O percentual da força de trabalho que possui emprego	Taxa de emprego = $\frac{\text{Número de empregados}}{\text{Força de trabalho}} \times 100$
Taxa de desemprego	O percentual da força de trabalho que está sem emprego	Taxa de desemprego = $\frac{\text{Número de desempregados}}{\text{Força de trabalho}} \times 100$
Taxa de participação na força de trabalho	O percentual da população adulta que está na força de trabalho	Taxa de participação na força de trabalho = $\frac{\text{Força de trabalho}}{\text{População adulta}} \times 100$
Taxa de participação fora da força de trabalho	O percentual da população adulta que está fora da força de trabalho	Taxa de participação fora da força de trabalho = $\frac{\text{Fora da Força de trabalho}}{\text{População adulta}} \times 100$

Fonte: MANKIWI, N G. Introdução à Economia. 2019. Adaptado pela autora.

Conforme Mankiw (2019), existem outras particularidades sobre o mercado de trabalho, como a taxa natural de desemprego, o desemprego cíclico e desalentados. A taxa natural de desemprego, por exemplo, representa "a taxa normal de desemprego em torno da qual a taxa de desemprego flutua". Já o desemprego cíclico é o "desvio do desemprego em relação à sua taxa natural". Pessoas desalentadas são "indivíduos que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar emprego". Tem-se também o desemprego friccional, que é o desemprego que aparece quando os trabalhadores estão procurando emprego que melhor se encaixe nas suas preferências e habilidades, e, por fim, o desemprego estrutural, que é quando o número de empregos vagos no mercado de trabalho é menor que a quantidade de pessoas que desejam tal vagas.

No Brasil, os dados referentes à força de trabalho eram pesquisados e divulgados pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), que foi encerrada em março de 2016 e levava em consideração seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), mas, atualmente, é feita com uma metodologia atualizada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e que considera todo o país, divulgada trimestralmente, sendo realizada pelo IBGE. Pessoas na força de trabalho são caracterizadas pelo IBGE (2022) como: "Pessoas que têm idade para trabalhar (14 anos ou mais) e que estão trabalhando ou procurando trabalho (ocupadas e desocupadas)."

As pessoas ocupadas fazem parte da força de trabalho, que é a soma de pessoas ocupadas e desocupadas, também denominada População Economicamente Ativa (PEA).

Desocupadas são pessoas que podem trabalhar, estão à procura de uma colocação, mas não estão empregadas. Destaca-se que as Pessoas em Idade Ativa (PIA) que desistiram de procurar emprego, seja em função do desalento ou pela precarização do trabalho, não constituem pessoas desocupadas e, portanto, não fazem parte da força de trabalho. Desalentados são pessoas, que possuem idade ativa, mas não procuram emprego por acreditarem que não conseguem.

Em 1984, surgiu o Sistema PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego), através da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), órgão do Estado de São Paulo, e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), implementado para pesquisa domiciliar de emprego e desemprego na metropolitana de São Paulo. O sistema PED implementou tecnologia no seu método, e abaixando os custos se baseando na Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego (PPVE), do DIEESE, medida que se tratavam em olhar o histórico do país (industrializado ou em desenvolvimento), ampliar o tempo de referência, e melhor análise de cada caso Foi muito bem reconhecida e passou a ser aplicada não só em São Paulo, como Distrito Federal, e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Recife e Fortaleza.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PIB e FORÇA DE TRABALHO

Nesta seção, são apresentadas algumas considerações sobre a economia brasileira na ótica do PIB e da força de trabalho, além da descrição gráfica dos dados mensais dessas variáveis em 18 meses de pandemia, de fevereiro de 2020 a julho de 2021.

3.1 Variável PIB

Antes de adentrar na descrição do cenário brasileiro em relação ao PIB em período anterior e durante a pandemia, é importante comentar sobre o comportamento do PIB em outras partes do mundo a fim de evidenciar que as dificuldades enfrentadas pelo setor econômico não foram exclusividade do setor brasileiro. O Relatório de Inflação divulgado pelo Banco Central do Brasil (2021), por exemplo, aponta que o PIB em diversas partes do mundo tem taxas de crescimento que estão retornando ao seu patamar, de acordo com suas condições históricas, com decisões tomadas em uma crise econômica. Isso pode ser visto na Figura 5, que apresenta o PIB trimestral de diversos países. É nítido como, no segundo trimestre de 2020, os países tiveram uma queda do PIB e uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, exceto China que teve sua queda no primeiro trimestre de 2020 e retorno no segundo trimestre de 2020.

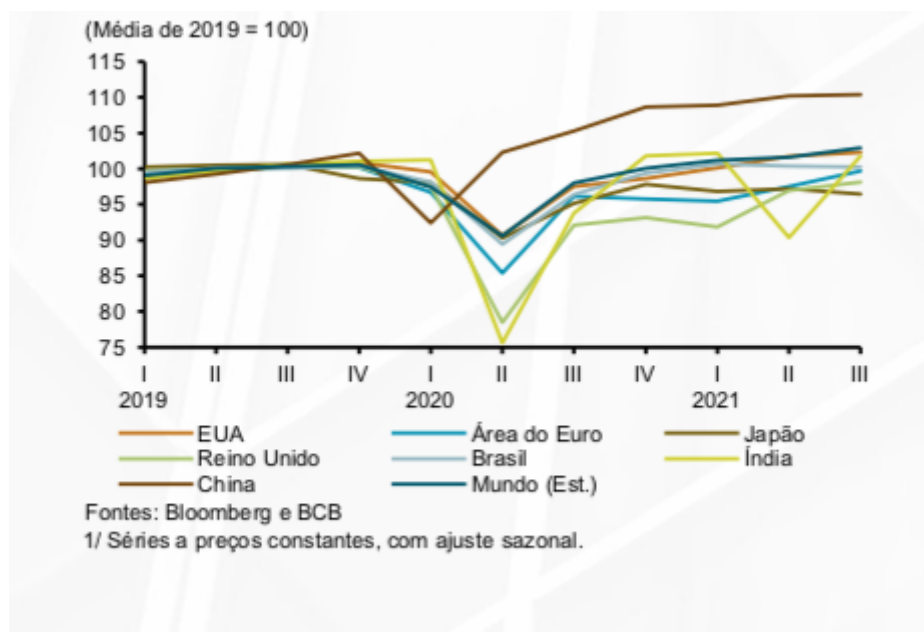
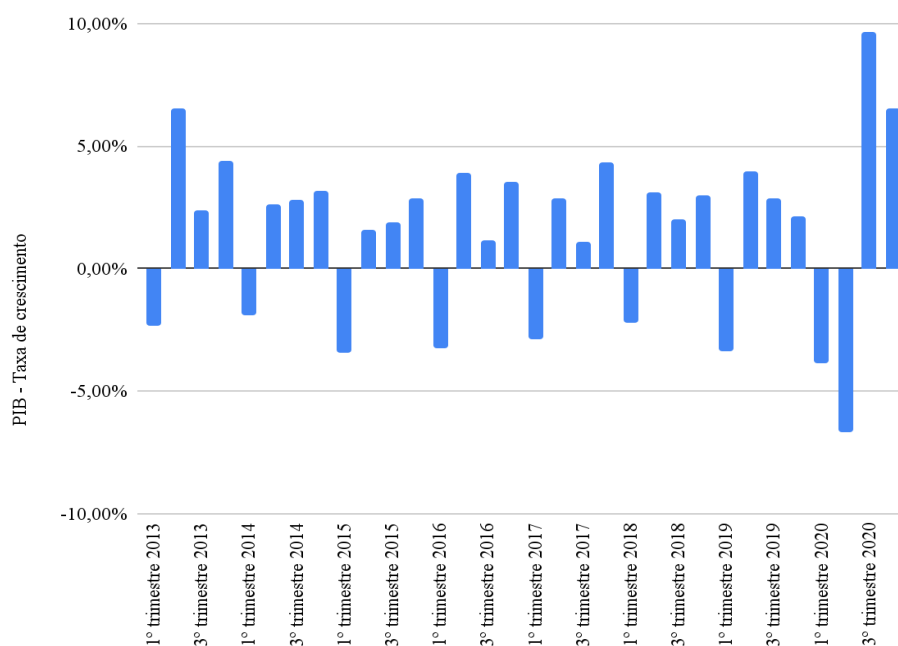


FIGURA 5: PIB de diversos países

Fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Inflação, 2021.

Araújo (2021) relata que mesmo antes da crise de COVID-19 ter atingido o Brasil, as expectativas para o PIB já não eram boas. No primeiro trimestre de 2020, o PIB brasileiro teve uma queda de 1,5%.

De acordo com Nippes e Pavan (2021), o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SNCT) afirma que o PIB brasileiro degrada desde 2013, com o ponto mais baixo em 2015 (Figura 6). Observações assim permitem afirmar que a crise econômica está no Brasil, antes da COVID-19 chegar em solo nacional. Depois de 2015, chega a ter algumas melhoras, mas em 2020 apresenta a menor taxa em 25 anos.



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais

FIGURA 6: Taxa de crescimento do PIB no período referente a 1º trimestre de 2013 e 3º trimestre de 2020.

Fonte: IBGE, 2021.

Oreiro e Paula (2019) relatam que entre 2004 e 2013, o PIB cresceu cerca de 3,8% ao ano. A partir de 2014, começou uma recessão, sendo que -1,87% foi a taxa de crescimento real até 2016. De 2017 a 2019, a taxa de crescimento ficou abaixo de 1% ao ano, o que caracterizou uma estagnação econômica, com uma recuperação lenta.

Ainda de acordo com Oreiro e Paula (2019), a elevação da taxa de juros a partir de 2015 diminuiu o consumo e investimento: "...um processo que foi lento e parcialmente revertido." As despesas com exportações foram as únicas que não tiveram diminuição, por causa da desvalorização cambial, enquanto o consumo familiar teve reação lenta, estagnado entre o primeiro semestre de 2016 e 2019, e que para ser aumentado foi implementado, em 2019, a permissão de saques de até R\$500,00 do FGTS e do PIS/PASEP, uma política com o intuito de aumentar essa demanda de consumo.

O ano de 2021 teve bastante retorno nos setores da economia, mas com falta de materiais e mão de obra qualificada, como ocorreu no setor automotivo. A assimilação feita pelo Bacen é que durante a pandemia, os preços de *commodities* permaneceram muito voláteis, um processo que tem sido lento e parcialmente revertido, sendo que o Brasil teve uma recuperação não continuada.

"O Produto Interno Bruto (PIB) recuou ligeiramente (-0,1%) no terceiro trimestre de 2021 em relação ao trimestre anterior, quando a queda de 0,4% havia interrompido a sequência de altas iniciada no terceiro trimestre de 2020. Dessa forma, o PIB se situa 0,1% abaixo do nível pré-pandemia e 3,2% abaixo do máximo histórico, ocorrido no primeiro trimestre de 2014. Considerada a data de corte do Relatório de Inflação (RI) de setembro, o resultado do terceiro trimestre veio abaixo das expectativas do BC e da mediana dos analistas do Sistema de Expectativa de Mercado (relatório Focus)."

A Figura 7 do Banco Central apresenta o PIB do Brasil, em trimestres por variação, considerando dados dessazonalizados.

Discriminação		Trimestre ante trimestre imediatamente anterior							
		Dados dessazonalizados							
		2020				2021			
		I	II	III	IV	I	II	III	IV
PIB a preços de mercado		-2,3	-8,9	7,8	3,1	1,3	-0,4	-0,1	
Agropecuária		0,8	1,8	0,6	-1,1	3,8	-2,9	-8,0	
Indústria		-1,9	-10,9	14,1	1,0	0,9	-0,5	0,0	
Serviços		-1,6	-9,0	6,2	3,0	0,9	0,6	1,1	
Consumo das famílias		-2,2	-10,4	7,1	3,0	0,5	-0,2	0,9	
Consumo do governo		-0,2	-8,2	3,1	2,3	-0,5	0,9	0,8	
FBCF		3,2	-13,6	11,0	14,1	7,9	-3,0	-0,1	
Exportação		-3,5	1,7	-1,1	-1,4	3,2	13,7	-9,8	
Importação		-1,4	-10,6	-8,6	19,9	11,3	-1,3	-8,3	
PIB – ajuste sazonal alternativo		-1,3	-10,3	8,3	3,3	0,9	-0,6	0,4	

Fonte: IBGE

FIGURA 7 - PIB por variações em trimestres, de 2020 e 2021.

Fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Inflação, 2021.

A Figura 7 nos apresenta dados trimestrais, trimestre ante trimestre imediatamente anterior, com dados dessazonalizados, ou seja tirada a sazonalidade, que são variações ocorridas em determinado período, e podemos observar como a agropecuária se manteve constante, exceto no terceiro trimestre de 2021, a Indústria, Serviços e Consumo das famílias tiveram grandes quedas no segundo trimestre de 2020, todos os 3 se recuperando no terceiro trimestre. A Importação teve 3 quedas seguidas e uma recuperação excelente no quarto trimestre.

Na Figura 8, é possível observar o PIB do Brasil em trimestres, com e sem ajuste sazonal alternativo. Mesmo com o ajuste sazonal, é possível perceber sua queda no segundo trimestre de 2020, uma recuperação no terceiro trimestre de 2020, que é contínua até o primeiro trimestre de 2021.

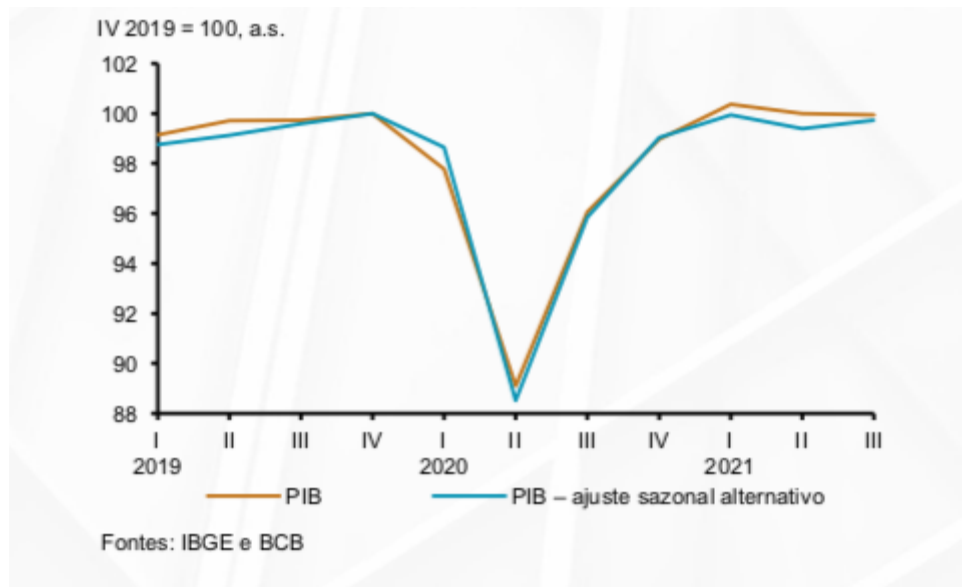


FIGURA 8 - PIB do Brasil de 2019 á 2021, em trimestres.
Fonte: Banco Central do Brasil, Relatório de Inflação, 2021.

3.1.1 PIB Real no período entre fevereiro de 2020 e julho de 2021

A Figura 9 apresenta a evolução do PIB real brasileiro nos primeiros 18 meses da COVID-19 no país.

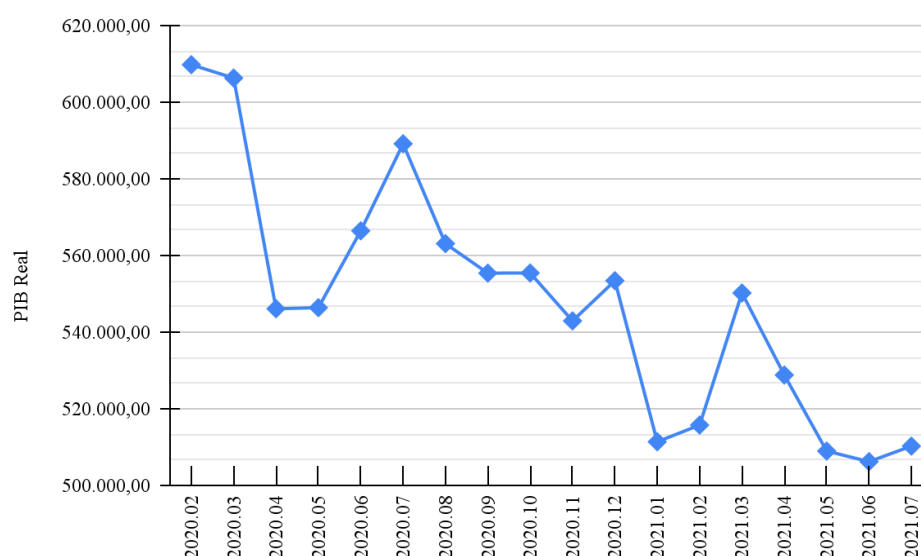


FIGURA 9: Evolução do PIB real brasileiro no período compreendido entre fevereiro de 2020 e julho de 2021.

Fonte: Banco Central do Brasil, 2021.

Nota-se pela Figura 9 que, em fevereiro de 2020, quando não havia nenhuma morte por Covid-19, no Brasil, o PIB foi de R\$ 609.810,80 milhões, maior valor observado no período em análise. Aproximadamente 10% foi o valor da queda nos dois meses seguintes, atingindo um valor de R\$546.103,64, em abril de 2020. Nesses meses, a pandemia ainda estava bem preliminar no Brasil, mas crescendo de forma expressiva, sendo que, de 6 casos e nenhum óbito por COVID-19, em fevereiro de 2020, para quase 80 mil novos casos e 5.700 novos óbitos em abril de 2020.

Após um curto período de estabilidade, o PIB voltou a subir chegando a R\$ 589.166,26 em julho de 2020. A partir de maio de 2020, os números refletiram o pico da primeira onda de casos de COVID-19. Foram quase 430 mil novos casos e quase 24 mil novos óbitos em maio de 2020, e em junho do mesmo ano, foram registrados 887.192 novos casos e 30.280 novos óbitos.

Entre julho e novembro, o comportamento geral do PIB foi de queda atingindo um valor de R\$542.936,33. Esse foi o menor valor apresentado desde a confirmação do primeiro caso de Covid, que em julho, chegou no pico de casos e óbitos da primeira onda de COVID-19 no ano de 2020, com 1.260.444 novos casos e 32.881 novos óbitos, chegando a 800.273 novos casos e 13.236 novos óbitos em Novembro, tendo aumento dos casos e óbitos em dezembro.

Após uma pequena variação positiva no PIB em dezembro de 2020, tem-se uma queda expressiva em janeiro de 2021, chegando ao patamar de RS 511.373,87. Dois meses

depois, em março de 2021, o PIB chega a R\$550.217,41, mas volta a experimentar um cenário de queda, atingindo, em junho de 2021, o menor valor de todo o período avaliado (R\$506.194,72). O valor apresentado no mês de julho de 2021 em relação ao mês de fevereiro de 2020 foi 16,33% a menos. Durante e após dezembro, os óbitos voltaram a subir, sendo que em dezembro foram registrados 13.236 novos óbitos, e chegando ao novo pico de 82.266 novos óbitos em abril de 2021, como uma segunda onda, em que os casos ultrapassaram 1 milhão em dezembro de 2020, e teve seu pico em março de 2021, com quase 2,2 milhões de novos casos.

O PIB se encontrava em patamares satisfatórios até ter uma grande queda com a pandemia instalada, devido a fatores diversos, como queda no consumo. A pandemia foi instalada como uma crise e para reaver o consumo foi disponibilizado o auxílio emergencial, resultando em aumento do PIB Real.

3.2 Variável Força de Trabalho

De acordo com Mattei e Heinen (2020), o mercado de trabalho brasileiro está em desgaste desde 2015, período anterior à pandemia. Também, segundo Araújo (2021), nos dois últimos trimestres anteriores à pandemia, o desemprego já era um problema que assolava o Brasil, pois já havia o crescimento de pedidos em seguro-desemprego. Na Figura 10, pode-se observar como no último trimestre de 2019, o nível de pessoas desocupadas era o menor desde o primeiro trimestre de 2018, mas voltou a crescer quase continuamente a partir de 2020.

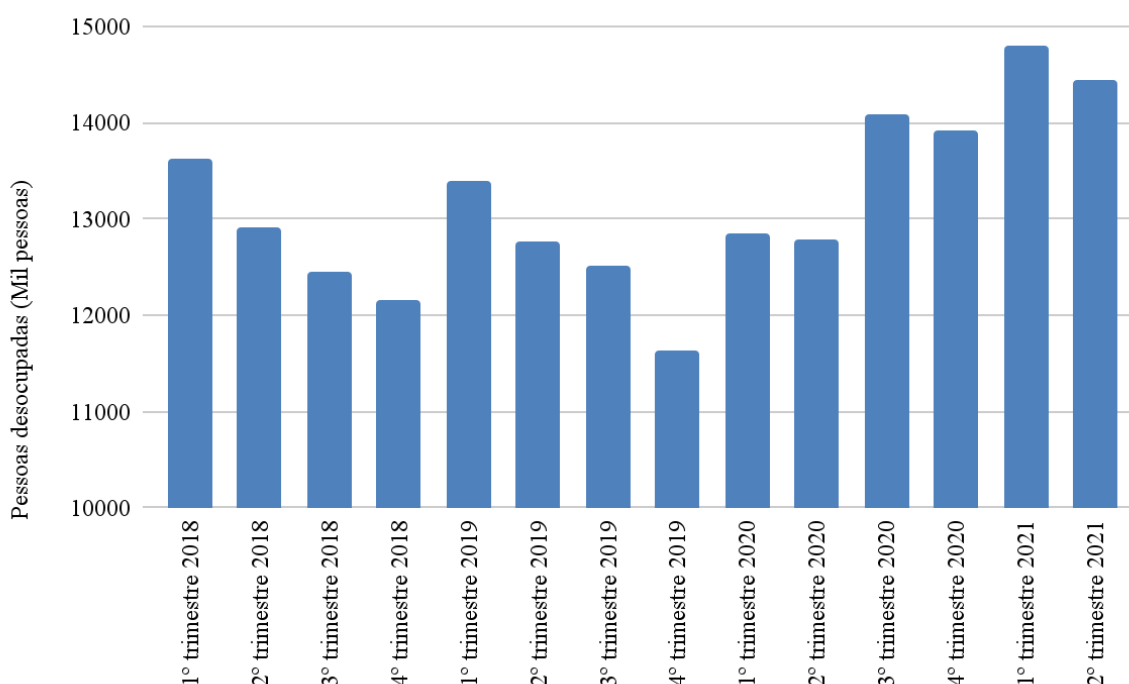


FIGURA 10 - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, desocupadas em milhares.

Fonte: PNADC/IBGE, 2020.

"[...] embora já se verifique uma leve recuperação da população ocupada (PO), as condições do mercado de trabalho brasileiro continuam deterioradas, combinando desemprego elevado com crescimento da subocupação e do desalento." (IPEA, 2021, p.2).

De acordo com Araújo (2021), os pedidos de seguro-desemprego do primeiro trimestre de 2020 ultrapassam o de todo o ano de 2019. Conforme o Ministério da Economia (2020), logo após a pandemia, foram fechados 1,5 milhão de postos formais de trabalho, o que foi percebido pela entrada no seguro-desemprego (apud Araújo, 2020, p. 56).

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2020), entre março e abril de 2020, em 15 dias essas empresas já haviam demitido 9,3 milhões de pessoas (apud Mattei e Heinen, 2020, p.650). Vale destacar que o isolamento social afetaria as pessoas que estão nas ruas em busca de emprego.

O setor de serviços foi o mais afetado pelo isolamento social, resultando no menor nível de renda dos brasileiros. Serviços de entrega ganharam maior proporção, sendo que os "bicos" foram afetados pelo isolamento social, porém representava 5,4% da força de trabalho ocupada. De acordo com Costa (2020), a informalidade no mercado de trabalho afetou bastante as condições sociais durante a pandemia:

"A partir de 1990, com a perda do dinamismo da economia nacional, o nível de informalidade do mercado de trabalho brasileiro se elevou.[...] A pandemia, nesse contexto, atinge com maior intensidade a população que vive na informalidade e reside em áreas precárias, ou seja, que tem rendimentos baixos e irregulares, sem acesso a água potável, moradia digna, sistemas privados de saúde e sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada, como férias, salário mínimo, 13o salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), licença-maternidade, licença médica e seguro-desemprego."

Costa (2020) também diz como o aumento do desemprego é algo advindo da pandemia:

"[...] Além da crise sanitária, uma das consequências da pandemia é o aumento do desemprego e, portanto, a elevação da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial e do subproletariado." (COSTA, 2020, p.972)

3.2.1 Força de trabalho no período entre fevereiro de 2020 e julho de 2021

Na Figura 11, é apresentada a evolução do número de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, nos primeiros 18 meses da COVID-19 no país.

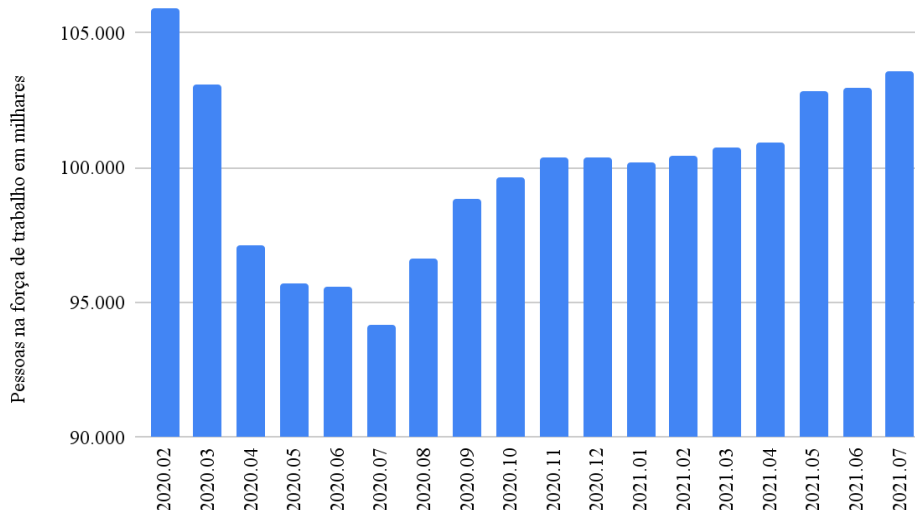


FIGURA 11: Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, em milhares, no período de fevereiro de 2020 a julho de 2021.

Fonte: PNAD Contínua, 2021.

No primeiro mês do período avaliado, de acordo com o gráfico apresentado na Figura 11, o número de pessoas com mais de 14 anos na força de trabalho foi de 105,937 milhões, valor máximo observado até julho de 2021. A queda foi gradual a partir de março de 2020 e mais expressiva entre os meses de abril e julho, mês em que atinge o menor valor de todo o período avaliado.

Na indústria foi muito comum o cancelamento de pedido, queda de demanda, que antes do isolamento social continham uma boa carteira de pedidos. Os setores de serviços, contém parcelas muito grandes de turismo e transporte, que foi afetado antes mesmo de estabelecido o isolamento social (GULLO, 2020).

Em agosto, as pessoas começam a voltar ou entrar para a força de trabalho, chegando a 103,603 milhões de pessoas em julho de 2021. O maior aumento observado no período avaliado corresponde ao mês de agosto de 2020, com 2,436 milhões de pessoas, enquanto o menor aumento é registrado em dezembro de 2020 com apenas 12 mil pessoas. Vale ressaltar que em maio de 2021 o número foi de 1,899 milhão de pessoas entrando, o que representa um aumento de quase 2%. Segundo o IPEA (2020), em uma saída de recessão, pessoas que haviam desistido de procurar emprego, ou seja saíram da força de trabalho, voltam a compor força de trabalho, dado que voltam a procurar emprego. Em outras palavras, com a recuperação da economia, as pessoas voltam para o mercado de trabalho. Segundo IPEA (2021),

"No primeiro trimestre deste ano, apesar da melhora da atividade econômica acima do esperado e do crescimento da PO, as condições gerais do mercado de trabalho brasileiro ainda se encontram significativamente afetadas pela pandemia – continuam conjugando aumento do desemprego, da subocupação e do desalento." (IPEA, 2021, p.2).

Segundo Jackson et al. (2021),

"Em junho de 2021, a OIT publicou um relatório atualizado que os níveis estimados de emprego globalmente permaneceram abaixo dos níveis pré-pandemia até o primeiro semestre de 2021, devido às ondas de COVID-19 casos infecciosos" (JACKSON et al, 2021).

Na Figura 12, é apresentado o número de pessoas, referente a força de trabalho, categorizado em pessoas ocupadas e desocupadas, nos primeiros 18 meses da COVID-19 no país.

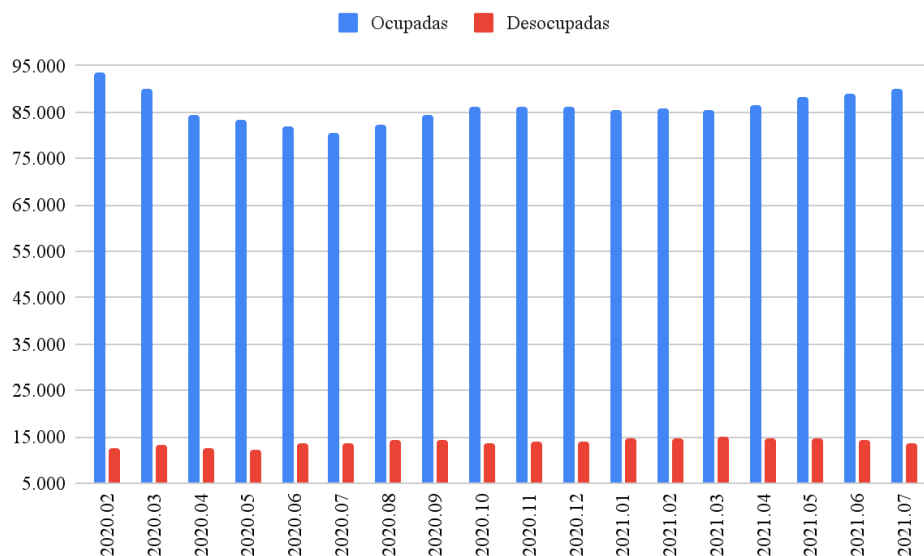


FIGURA 12: Número de pessoas ocupadas e desocupadas, nos 18 primeiros meses da COVID-19 no Brasil, período compreendido entre fevereiro de 2020 e julho de 2021.

Fonte: PNAD Contínua, 2021.

O período avaliado, iniciando-se em fevereiro de 2020, apresentou 105.937 pessoas, todas com mais de 14 anos na força de trabalho. Destas, 93.392 (88,16%) pertenceram ao grupo das pessoas ocupadas, representadas na cor azul na Figura 12, enquanto 12.545(11,84%) pertenceram ao grupo das pessoas desocupadas, representadas na cor vermelha.

O número de pessoas desocupadas parece se apresentou mais estável, variando entre 12.545 e 15.196 pessoas, ou seja, entre 11,84% e 15,08%, respectivamente, em todo o período considerado. Entretanto, Silva e Silva (2020) apresentaram um parâmetro de como houve a ampliação de pessoas desocupadas, antes da pandemia se instalar de fato no Brasil:

"Na medida em que a incerteza sobre o cenário econômico se espalhava, investimentos e o consumo de bens e serviços foram postergados ou cancelados, tanto internamente, quanto externamente, uma vez que a redução da atividade econômica em outros países impactou negativamente no volume e no preço das exportações brasileiras. A redução do comércio provocou um desencadeamento na economia, pela redução da produção e jornada de trabalho, demissão de trabalhadores, aumento de falências e retração da oferta de crédito pelo setor bancário, devido à ampliação do risco do investimento Observou-se que a confiança do empresário industrial e da economia começaram a cair a partir de março. Os dados sobre o emprego ainda são incipientes para uma análise mais profunda, apesar de indicarem uma redução da população ocupada e ampliação da desocupada. Contudo, ao longo do desenvolvimento da pandemia, foi possível verificar que a

situação econômica do país era mais grave em relação ao que se imaginava inicialmente, talvez, trata-se de ir além de uma recessão."

De acordo com Silva e Silva (2020), a pandemia trouxe uma incerteza que afetou as exportações brasileiras, afetando o comércio, provocando demissões pela falta de demanda e até falências de empresas. Mas, na carta de conjuntura do IPEA (2020), a melhora do aumento do nível de pessoas ocupadas, não se reflete nos salários, algo comum em períodos pós-crise, Fatores que contribuem para a diminuição dos ganhos salariais, são o grande número de desempregados, tendo uma oferta maior no mercado de trabalho, a alta da inflação e o aumento se serviços informais. Segundo Jackson et al. (2021),

"Em um relatório preparado para o Fórum Econômico Mundial de 25 a 29 de janeiro de 2021, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimou que 93% dos trabalhadores do mundo naquela época viviam sob algum tipo de restrição no local de trabalho como resultado da pandemia global e que 8,8% das horas de trabalho globais foram perdidas em 2020 em relação ao quarto trimestre de 2019, um valor equivalente a 255 milhões de empregos em tempo integral."

O mercado de trabalho informal no Brasil sempre foi uma realidade, mas na pandemia cresceu de forma significativa. A força de trabalho reduziu drasticamente até julho de 2020 pela crise econômica e sanitária, que fez com que as empresas demitissem seus funcionários, por problemas de demanda. E na pós recessão voltou a crescer, voltando aos seus patamares comuns.³³

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo sugere que o coronavírus afetou grandemente a vida dos cidadãos brasileiros de diversas formas e a economia é capaz em muitas situações de mostrar algumas dessas consequências. Entretanto, houve limitações em questão da economia não evidenciar com precisão a realidade e também de o Brasil ainda estar em situação pandêmica, já que o coronavírus ainda é a realidade nacional, o que afeta o estudo de poder ser tratado como um todo. Para estudos futuros, sugere-se encontrar melhores formas de avaliar a precisão econômica, já que foi mostrada nesse trabalho de que é possível, ainda que se possa enxergar a pandemia por coronavírus totalmente no passado, para um estudo mais completo. A pandemia não só afetou, como também deixou explícito seus impactos negativos no PIB e na força de trabalho. Entretanto com a pós recessão, houve um equilíbrio nesses indicadores brasileiros, ainda com muitos casos e óbitos por COVID-19. Antes da pandemia, havia um aumento na entrada de seguros-desemprego, mas nada comparado ao primeiro trimestre de 2020, com novos setores surgindo e se adaptando com a economia. Os setores começaram a crescer, sendo que o PIB que tinha caído significativamente, como em outras partes do mundo, voltou a crescer. Dentro do PIB, o mais afetado foi o consumo, mas com o auxílio emergencial, melhorou o consumo e o comportamento do PIB.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A ATUAL pandemia. 2020. Full HD, son., color. Legendado. Série Coronavirus... Explained. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81273378?source=35>. Acesso em: 25 jan. 2022.

ARAÚJO, Gabriel. Panorama sobre a atividade econômica antecedente à pandemia de covid-19. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, v. 6, n. 1, p. 50-63, 2020.

Banco Central do Brasil. **Relatório de Inflação**. vol. 23, no 4, dezembro de 2021. Disponíveis em www.bcb.gov.br.

BCC NEWS BRASIL. Cronologia: de pneumonia misteriosa a mais de 150 mil mortes por covid-19. YouTube, 20 de abril de 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=5NJaUIHtwOo>. Acesso em 13 de junho de 2022.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 5. ed São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2011. xx, 600 p., il. Inclui índice. ISBN 9788576057079 (broch.).

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 969-978, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761220200170>.

DataSUS (org.). **Coronavírus Brasil**. 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2022.

DA SILVA, Mygre Lopes; DA SILVA, Rodrigo Abbade. Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões. **Observatório Socioeconômico da Covid-FAPERGS**, 2020.

DIEESE (Org.), **Concepção de Mercado de trabalho**. SISTEMA PED. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analiseped/sistemaPed.pdf> Acesso em 28 ago. 2022.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luis Olinto (orgs.). **Contabilidade Social: a nova referência das Contas Nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 5º ed. 2017.

FELICIELLO, Domenico; GAVA, Gustavo Bonin. Economia e pandemia: lockdown, flexibilização e defesa da vida. **Cadernos de Pesquisa NEEP**, p. 1-20, 2020

FERREIRA JUNIOR, Reynaldo Rubem; RITA, Luciana Peixoto Santa. Impactos da Covid-19 na Economia: limites, desafios e políticas. **Cadernos de Prospecção**, Alagoas, v. 13, n. 2, p. 459, 16 abr. 2020. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/cp.v13i2.36183>.

GAMA NETO, R. B. . IMPACTOS DA COVID-19 SOBRE A ECONOMIA MUNDIAL. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 113–127, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3786698 . Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/134>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GULLO, Maria Carolina Rosa. A Economa na Pandemia de COVID-19: algumas considerações. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v. 12, n., p. 1-8, 12 jul. 2020. Universidade Caixias do Sul. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061.v12i3a05>.

HECKSHER, Marcos. Nota técnica. Valor impreciso por mês exato: microdados e indicadores mensais baseados na PNAD Contínua. IPEA, no 62, Abril de 2020.

IBGE (org.). **Desemprego**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 01 ago. 2022.

IBGE (org.). **Produto Interno Bruto - PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20 ago. 2022.

IPEA (org.). **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Carta de Conjuntura**, [s. l], v. 51, p. 1-20, 2 ° Trimestre de 2021.

IPEA (org.). **Desempenho recente do mercado de trabalho e perspectivas para o ano. Carta de Conjuntura**, [s. l], v. 52, p. 1-15, 3 ° Trimestre de 2021.

MANKIW, N G. **Introdução à economia – Tradução da 8ª edição norte-americana**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019. E-book. 9788522127924. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522127924/>. Acesso em: 20 ago 2022.

MATTEI, Lauro; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Brazilian Journal Of Political Economy**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 647-668, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>.

NIPPES, Gabriel; PAVAN, Maya. Pandemia e Inflação: o Brasil do “Bolsocaró”. **Revista Pet Economia Ufes: Pós-Pandemia e Desigualdade**, Espírito Santo, v. 1, n. 2, p. 23-27, set. 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufes.br/peteconomia/article/view/36434>. Acesso em: 01 ago. 2022.

PAULANI, Leda. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3. ed. rev. e atual São Paulo: Saraiva, 2007. 360 p., il. Bibliografia e índice. ISBN 9788502064300 (broch.).

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Uma avaliação preliminar. **ResearchGate**. set, 2019.

RIO DE JANEIRO. Ana Cristina Campos. Agência Brasil. **Pretos e pardos têm maior perda de qualidade de vida que brancos**: ibge apresenta índice multidimensional pela primeira vez. IBGE apresenta índice multidimensional pela primeira vez. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/pretos-e-pardos-tem-maior-perda-de-qualidade-de-vida-que-brancos>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SIDRA IBGE (org.). **Contas Nacionais Trimestrais**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/2072>. Acesso em: 29 jul. 2022.

Yeyati, Eduardo Levy; Filippini, Federico. 2021. *Social and economic impact of COVID-19*. © Bangladesh Institute of Development Studies. <http://hdl.handle.net/11540/13776>.